

Recebido em: 14/04/2025

Aceito em: 18/05/2025

DOI: <https://doi.org/10.56242/revistaveredas.2025.8.15.100-114>

Capitalismo e as práticas neoliberais: reflexões críticas sobre implicações na saúde mental das mulheres

Capitalism and neoliberal practices: critical reflections on implications for women's mental health

Rayssa Batista Lima da Silva¹Ana Paula de Lima²Cristiano de Jesus Andrade³

Resumo: O estudo teve por objetivo analisar as implicações do capitalismo e as práticas neoliberais na saúde mental das mulheres, bem como compreender os mecanismos pelos quais essas ideologias econômicas reforçam as desigualdades de gênero. A pesquisa bibliográfica foi adotada como método, abrangendo artigos publicados nos últimos quinze anos. Foram selecionados estudos que discutem a relação entre neoliberalismo, feminismo, gênero e saúde mental, excluindo-se artigos de revisão e publicações sem acesso integral. Os resultados indicam que o neoliberalismo, ao promover a competitividade individual e precarização do trabalho, gera uma sobrecarga emocional na vida das mulheres, enfrentando desafios para equilibrar suas vidas profissionais, familiares e sociais.

Palavras-chave: Sofrimento Psíquico; Feminismo; Gênero; Capitalismo; Saúde Mental.

Abstract: The study aimed to analyze the implications of capitalism and neoliberal practices on women's mental health, as well as to understand the mechanisms by which these economic ideologies reinforce gender inequalities. The method adopted was bibliographic research, covering articles published in the last fifteen years. Studies that discussed the relationship between neoliberalism, feminism, gender and mental health were selected, excluding review articles and publications without full access. The results indicate that

¹ Especialista em Psicologia Clínica pela Faculdade Anhanguera. Graduada em Psicologia pela Faculdade Anhanguera de Poços de Caldas/MG. Psicóloga clínica em consultório particular.

² Especialista em Psicologia Organizacional e Gestão de Pessoas pela Faculdade Pitágoras de Poços de Caldas/MG. Graduada em Psicologia pela Faculdade Pitágoras de Poços de Caldas/MG. Professora da graduação em Psicologia na Faculdade Anhanguera de Poços de Caldas/MG.

³ Doutor e Mestre em Psicologia da Saúde pela Universidade Metodista de São Paulo – UMEP. Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino de São João da Boa Vista – UNIFAE. Professor da Universidade Brasil-UB campus Fernandópolis/SP. Professor permanente do PPG em Psicologia da Saúde da UMEP.

neoliberalism, by promoting individual competitiveness and precarious work, generates an emotional overload in the lives of women, who face challenges in balancing their professional, family and social lives.

Keywords: Psychic Suffering; Feminism; Gender; Capitalism; Mental health.

Introdução

A construção social do gênero feminino ao longo da história exerce uma influência significativa sobre como as mulheres se percebem e se posicionam na sociedade contemporânea (Hirata, 2021; Ávila, 2020). No entanto, essa construção não é estática e pode ser desafiada e transformada por meio de mudanças culturais que questionem e repensem esses determinantes, abrindo espaço para uma maior diversidade de expressão e identidade feminina (Oliveira, 2020). Em um contexto neoliberal, onde a responsabilização pessoal pelo sucesso e fracasso é uma narrativa predominante, as mulheres são duplamente afetadas, uma vez que carregam a expectativa de serem bem-sucedidas no trabalho enquanto administram as demandas da vida doméstica, muitas vezes sem o devido reconhecimento ou apoio (Lima; Andrade, 2024; Lago, 2023).

Frente ao exposto, estudar a temática se justifica pela necessidade de compreender as dinâmicas que perpetuam a marginalização das mulheres e sua saúde mental dentro desses sistemas de dominação. Ao explorar-se o tema, pretende-se evidenciar como a opressão de gênero e as demandas do neoliberalismo se entrelaçam, resultando em pressões adicionais sobre as mulheres, impactando sua saúde mental, e como esta é instrumentalizada para perpetuar as estruturas de poder do patriarcado.

Como contribuição social, busca-se não apenas discutir as consequências dessas dinâmicas sobre o bem-estar das mulheres, mas também ampliar a compreensão das forças estruturais que perpetuam seu sofrimento mental e emocional dentro da lógica capitalista. Ao iluminar esses processos, espera-se contribuir para o debate sobre a complexa interseção entre gênero, saúde mental e neoliberalismo.

Mediante ao que até aqui foi apresentado, este estudo teve por objetivo analisar as implicações do capitalismo e as práticas neoliberais na saúde

mental das mulheres, bem como compreender os mecanismos pelos quais essas ideologias econômicas reforçam as desigualdades de gênero.

Desenho metodológico

Buscando atender o objetivo proposto, para a realização deste estudo foi utilizada a pesquisa bibliográfica, a qual configura-se como um procedimento metodológico que oferece ao pesquisador uma possibilidade na busca de soluções para seu problema de pesquisa, por intermédio de produções científicas veiculadas em meios diversos (Gil, 2022). Para tanto, parte da necessidade de exposição do método científico escolhido pelo pesquisador, expõe as formas de construção do desenho metodológico e a escolha dos procedimentos e demonstra como se configura a apresentação e análise dos dados obtidos.

Conforme o autor (Gil, 2022), na pesquisa bibliográfica, há uma escolha do tema a ser pesquisado, levantamento bibliográfico preliminar que consistiu em uma primeira busca na literatura científica acerca da temática. Realizada a busca, foi delineado o problema de pesquisa e o plano provisório do assunto, esquematizando as vias que foram abordadas dentro da temática central.

Instrumentos

Os instrumentos utilizados constituíram-se de artigos científicos e capítulos de livros relacionados ao tema proposto.

Procedimentos de coleta dos dados

O levantamento foi realizado exclusivamente em bases de dados acadêmicas reconhecidas, tais como Google Acadêmico e SciELO, além de bancos de teses e dissertações disponíveis nas bibliotecas digitais das principais universidades brasileiras. As buscas ocorreram entre os meses de janeiro e agosto de 2024.

Os artigos selecionados para a revisão seguiram critérios específicos de inclusão e exclusão. Foram incluídos trabalhos publicados nos últimos

quinze anos (2009-2024) com acesso integral ao conteúdo, redigidos em português ou inglês, e que tratassem de questões relacionadas ao neoliberalismo, feminismo, saúde mental e as interseções entre gênero, política e saúde mental. Artigos de revisão, resumos, primeiras impressões e publicações que não tivessem relação direta com o tema proposto foram excluídos para garantir a relevância do material analisado.

As palavras-chave utilizadas para a busca dos artigos incluíram termos como “Sofrimento Psíquico”, “Feminismo”, “Gênero”, “Capitalismo” e “Saúde Mental”. As palavras-chave foram aplicadas de maneira combinada para garantir que os estudos encontrados abordassem, de maneira consistente, a relação entre a ideologia neoliberal e os impactos psicossociais sobre as mulheres.

Procedimentos de análise dos dados

O processo de seleção e análise dos artigos seguiu uma abordagem rigorosa e sistemática, garantindo que os estudos escolhidos abordassem de forma consistente a relação entre neoliberalismo e seus impactos na saúde mental das mulheres.

Para isso, os textos utilizados para a discussão foram analisados com base nos passos propostos por Gil (2022). Para construir essa etapa, partiu-se da caracterização do objeto de estudo (Implicações do capitalismo e práticas neoliberais na saúde mental da mulher) usando as publicações que, classificadas como lentes, não foram utilizadas na ilustração dos conceitos dados, no momento da análise explicativa das soluções, mas que trazem elementos de análises importantes para a compreensão do objeto de estudo proposto. Tal caracterização do objeto aconteceu por meio de um fichamento do que era mais pertinente em relação ao problema de pesquisa, ou seja, como o capitalismo e as práticas neoliberais implicam na saúde mental da mulher? A partir desse fichamento, buscou-se organizar logicamente o assunto para a redação do texto. Vale ressaltar que, essas publicações, juntamente com o referencial teórico construído para o estudo, compõem a base de sustentação da reflexão que o pesquisador deve apresentar (Gil, 2022).

Para a etapa de análise, foram utilizados textos e capítulos de livros pu-

blicados prioritariamente sobre a temática. No entanto, para fins de complementariedade, também são apresentadas obras textuais de autores que hoje são compreendidos como clássicos da temática em questão, a partir dos quais foi elaborada a discussão e as considerações finais, tendo em vista as convergências dos pensamentos dos mesmos. É necessário dizer que não foram encontradas divergências entre os textos, salvo maneiras diferentes de modos de expressão de cada um.

Resultado e discussão

Iniciando a discussão, cabe destacar que no interior do neoliberalismo, a troca, que implica na equivalência de força de trabalho, é interpretada como um princípio de igualdade. Logo, na perspectiva liberal, o Estado mínimo é visto como um apoio para o funcionamento do mercado (Silva, 2021). A partir dessa elucidação, as relações de gênero desempenham um papel crucial na manutenção do neoliberalismo, muitas vezes atuando como um instrumento de perpetuação das desigualdades econômicas e sociais [1984] (Hooks, 2019).

Nesse sistema capitalista, a ênfase na equivalência da força de trabalho e a objetificação das relações humanas podem ser interpretadas como manifestações das ansiedades e defesas primárias. Klein [1921] (2023) sugere que, em resposta a essas ansiedades primitivas, os indivíduos desenvolvem mecanismos de defesa que podem ser externalizados nas dinâmicas sociais e econômicas. No contexto do capitalismo neoliberal, essas defesas podem se expressar na forma de competitividade, individualismo e objetificação do outro, criando uma atmosfera em que as relações humanas são instrumentalizadas. As relações de gênero, por sua vez, tornam-se palco da reprodução dessas dinâmicas, onde as mulheres, muitas vezes, ocupam posições de subordinação, refletindo não apenas a opressão estrutural, mas também a internalização dessas relações de poder e dependência em nível psíquico. As desigualdades econômicas e sociais, portanto, podem ser entendidas como externalizações dessas dinâmicas psíquicas que, ao serem incorporadas pelas mulheres ao longo do processo de socialização, reforçam a hierarquia de gênero. Nesse sentido, as estruturas sociais e econômicas neoliberais não ape-

nas perpetuam a desigualdade de gênero, mas também funcionam como um espelho das dinâmicas psíquicas inconscientes que sustentam e legitimam essas relações de dominação, intensificando o sofrimento psíquico das mulheres dentro desse sistema.

Dejours (1994) enfatiza que o sofrimento psíquico no trabalho é frequentemente silenciado ou transformado em culpa individual, o que é amplificado no caso das mulheres. Essa lógica de culpabilização individual nega as causas estruturais do sofrimento, como a desigualdade de gênero e a organização do trabalho sob o capitalismo, fazendo com que o sofrimento feminino seja normalizado ou invisibilizado. A separação entre o trabalho reprodutivo e o produtivo, que historicamente foi atribuída às mulheres, continua a ser explorada como uma forma de manter o capital em expansão sem a devida remuneração ou reconhecimento (Dejours, 1994). Nesse sentido, Arruzza (2015) argumenta que a relação entre patriarcado e capitalismo não é acidental, mas sim parte de uma estrutura de dominação que reforça a subordinação das mulheres no mercado de trabalho e no espaço doméstico, garantindo a reprodução do sistema capitalista com o mínimo de custos. Essa exploração se reflete tanto nas condições de trabalho precarizadas das mulheres no mercado formal, muitas vezes confinadas a setores de baixa remuneração e com pouca proteção trabalhista, quanto no trabalho invisível realizado dentro dos lares.

Tal dinâmica de exploração do trabalho feminino se alinha perfeitamente aos princípios do neoliberalismo, que procura maximizar a produtividade e minimizar os custos sociais, deslocando a responsabilidade pelo cuidado e bem-estar social para a esfera privada, geralmente nas costas das mulheres. A ideologia neoliberal muitas vezes se manifesta na forma de disparidades salariais, falta de acesso a oportunidades de emprego e de ascensão profissional, além de políticas públicas que não abordam adequadamente questões como licença-maternidade/paternidade e assistência à saúde reprodutiva [1949] (Beauvoir, 2009). De acordo com Pianegonda (2023), o rendimento das mulheres representa, em média, 77,7% do rendimento dos homens (R\$ 1.985 frente a R\$ 2.555), além disso, são as mulheres que dedicam mais tempo a trabalhos domésticos, num total de 21,4 horas semanais, enquanto os homens destinam 11 horas por semana para essas atividades. Pinho e Araújo

(2012) destacam como as mulheres, ao acumularem funções de cuidado e trabalho doméstico, ficam mais vulneráveis a distúrbios como a ansiedade e a depressão.

A imposição de uma lógica econômica que prioriza o lucro sobre o bem-estar coletivo agrava as condições de opressão e exploração vividas pelas mulheres, criando um ambiente onde as desigualdades e a violência de gênero são amplificadas, perpetuando ciclos de injustiça e discriminação (Arruza, 2015). Além disso, a promoção da competição individualista pode reforçar padrões de comportamento tradicionalmente associados a determinados gêneros, dificultando a aceitação de identidades e expressões de gênero diversas (Siqueira, 2021).

O sofrimento psíquico das mulheres é intensificado por um sistema que as coloca em uma posição de subordinação histórica. Com a propriedade privada, as mulheres foram transformadas em objetos de posse, o que anulou sua subjetividade. Esse processo de dominação patriarcal reflete-se em suas experiências psíquicas, que são marcadas por uma exigência de silenciamento e repressão de suas angústias, direitos e reivindicações (Zanello; Silva, 2012). As experiências traumáticas de exploração e opressão podem levar à internalização de dinâmicas de poder desiguais, refletidas nas relações objetais e posições subordinadas (Ferenczi, 1992).

Este sofrimento, nesse contexto, não pode ser dissociado das estratégias de resistência e enfrentamento que elas constroem. Embora saiba-se quão devastador são essas condições de trabalho na saúde mental, a mobilização coletiva e a solidariedade demonstram ser essenciais para transformar essas realidades. Para as mulheres, isso se manifesta na luta por direitos laborais, igualdade de gênero e na reivindicação de políticas públicas que reconheçam e remunerem adequadamente o trabalho reprodutivo e doméstico (Dejours, 1994).

A política neoliberal enfraquece as estruturas tradicionais de solidariedade e comunidade, substituindo-as por uma lógica de mercado na qual os indivíduos são incentivados a competir uns contra os outros em busca de recursos e reconhecimento (Han, 2015). Como as mulheres podem ser descritas como um pilar de manutenção de tal competição, a insatisfação pelo corpo gerada pela perfeição inalcançável tem também afetado a saúde mental da

mulher (Wolf, 2020), uma vez que o capitalismo estimula o consumo de produtos que reforçam um padrão estético inalcançável, tal como Souza (2022) reforça:

A aparência ideal é vendida como fruto de esforço pessoal, ou seja, a mulher só não é bonita ou magra porque ela não quer, tornando a pressão estética uma arma política de controle sob os corpos femininos pois, enquanto as mulheres estão preocupadas em serem magras ou seguirem os padrões, elas se importam menos, por exemplo, com a diferença salarial ou com os altos índices de violência contra as mesmas, fazendo com que possam consumir cada vez mais (Souza, 2022, p. 11).

O neoliberalismo teve influência significativa nas três ondas feministas, moldando os contextos socioeconômicos e políticos em que esses movimentos surgiram e se desenvolveram (Hooks, 2019). A primeira onda feminista emergiu no final do século XIX e início do século XX, focando principalmente na obtenção de direitos básicos, como o direito ao voto e à propriedade, e na luta contra a discriminação legal e social (Zirbel, 2021).

Enquanto o neoliberalismo como tal ainda não existia nessa época, as ideias de individualismo e liberdade associadas a esse sistema econômico foram se consolidando gradualmente. O neoliberalismo posteriormente reforçou essas ideias, promovendo uma cultura de autonomia individual e mérito pessoal. No entanto, muitas das conquistas da primeira onda feminista foram fundamentais para estabelecer as bases para futuras lutas por igualdade de gênero (Zirbel, 2021), e que segundo Hooks (2019, p. 144) “[...] as mulheres, em grande parte, não se dão conta das formas de poder a elas disponíveis. Precisam de educação política para perceber que são capazes de exercer algum tipo de poder”.

Nesse contexto, o neoliberalismo, ao acentuar a responsabilidade individual e a meritocracia, cria um terreno paradoxal para as mulheres. Se, por um lado, ele parece oferecer oportunidades de ascensão e empoderamento, por outro, transfere para o indivíduo, e especialmente para as mulheres, o ônus de lidar com as desigualdades estruturais. A cultura de autonomia individual promovida pelo neoliberalismo muitas vezes desconsidera as barreiras sistêmicas que ainda limitam o acesso das mulheres a essas oportunidades, como a disparidade salarial, a dupla jornada de trabalho e a invisibilização do trabalho reprodutivo e de cuidado. Nesse sentido, as mulheres são encoraja-

das a verem o sucesso como resultado exclusivo de esforço pessoal, desconsiderando as limitações impostas pela estrutura patriarcal e capitalista, gerando sofrimento psíquico (Dejours, 1994).

A segunda onda feminista, que surgiu nas décadas de 1960 e 1970, foi marcada por uma crítica mais ampla às estruturas sociais e culturais que perpetuavam a desigualdade de gênero. Nesse contexto, o neoliberalismo começava a ganhar força, especialmente nas políticas econômicas adotadas em muitos países ocidentais (Zirbel, 2021). Enquanto algumas feministas viram o neoliberalismo como uma oportunidade para conquistar mais liberdade e autonomia individual (feminismo neoliberal/libfem), outras criticaram suas consequências, como a intensificação das desigualdades econômicas de gênero e a comercialização do corpo feminino (Wolf, 2020). Fraser (2009) pontuou o despertar para outras questões dentro do movimento em:

Finalmente, as feministas da segunda onda ampliaram o campo de ação da justiça para incluir assuntos anteriormente privados como sexualidade, serviço doméstico, reprodução e violência contra mulheres. Fazendo assim, elas ampliaram efetivamente o conceito de injustiça para abranger não apenas as desigualdades econômicas, mas também as hierarquias de status e assimetrias do poder político. Com o benefício da visão retrospectiva, podemos dizer que elas substituíram uma visão de justiça monista, economicista por uma compreensão tridimensional mais ampla, abrangendo economia, cultura e política (Fraser, p. 18, 2009).

A terceira onda feminista, que emergiu nas décadas de 1980 e 1990, confrontou questões mais complexas e interseccionais relacionadas à identidade de gênero, raça, sexualidade e classe. Nesse período, o neoliberalismo estava se consolidando como a ideologia dominante em muitas partes do mundo, promovendo a privatização, a desregulamentação e o individualismo. Enquanto algumas vozes na terceira onda buscavam se adaptar ao contexto neoliberal, outras criticavam a maneira como o sistema exacerbava as desigualdades estruturais e limitava as possibilidades de emancipação feminina, principalmente a da mulher negra (Hooks, 2019).

Alguns autores citam ainda uma quarta onda do feminismo, a qual é marcada pelo uso intensivo das mídias digitais e pela mobilização online, chamada por Felgueiras (2017, p. 119) de “ciberfeminismo”:

Diante deste cenário social de novas formas de manifestação do feminismo nos dias atuais, muito se fala da possibilidade de estarmos

vivendo uma nova onda, a quarta onda do feminismo no Brasil, caracterizada principalmente pelo uso da internet e das redes sociais como forma de mobilização, debates e divulgação do feminismo, alguns autores têm chamado de Ciberfeminismo pelo uso de ferramentas tecnológicas como canais de vídeos, blogs, sites e redes sociais com jovens militantes que foram criadas já na era digital e que compreendem o alcance desta ferramenta de comunicação e sabem muito bem como utilizá-la. Muitas dessas feministas digitais cresceram com suas mães mais independentes, que trabalham fora e construíram carreias e ouviram que homens e mulheres são iguais, mas infelizmente ao começarem suas próprias carreias e vida social se depaíram com uma realidade completamente diferente e se surpreendem com o machismo ainda presente nas relações sociais, mas principalmente no trabalho (Felgueiras, 2017, p. 119).

Os princípios econômicos liberais impactam negativamente na autonomia financeira das mulheres ao perpetuar desigualdades salariais, promover formas precárias de trabalho, reduzir os serviços públicos essenciais e aumentar a pressão para conciliar trabalho e família. Esses fatores contribuem para a manutenção de estruturas de poder que limitam as oportunidades econômicas das mulheres e reforçam sua dependência financeira em relação aos homens (Silva, 2021), reforçando o patriarcado. Diagnósticos são muitas vezes feitos sem considerar o contexto opressor em que as mulheres vivem, medicalizando questões que deveriam ser vistas como resultado de estruturas de poder desiguais. Esse cenário não interessa a um sistema que depende da manutenção da desigualdade de gênero para sua própria reprodução e controle (Zanella, 2020).

O patriarcado não é apenas um conceito abstrato, mas uma estrutura social concreta que organiza e perpetua desigualdades entre homens e mulheres (Hooks, 2019). Esse sistema estabelece uma relação social desigual, onde as normas e práticas culturais, políticas e econômicas contribuem para a manutenção da superioridade masculina e a subordinação feminina (Bourdieu, 2023). A psicologia tradicional frequentemente patologiza o sofrimento das mulheres sem considerar os fatores socioculturais de gênero. Isso resulta em diagnósticos enviesados que focam em individualizar problemas coletivos, ao invés de contextualizar as vivências femininas dentro das opressões de gênero (Zanella; Silva, 2012).

A subordinação das mulheres é fundamental para a acumulação de capital, e o trabalho não remunerado, muitas vezes realizado no âmbito doméstico, é essencial para a reprodução da força de trabalho e, consequentemente,

para a perpetuação das relações capitalistas. O patriarcado atua como uma estrutura social que sustenta e é sustentada pelo sistema capitalista, perpetuando a desigualdade de gênero, assim as normas e práticas que mantêm a superioridade masculina e a subordinação feminina são não apenas culturais e políticas, mas também econômicas, refletindo a interseção entre o capitalismo e o patriarcado. Para superar essas desigualdades, é crucial dismantelar tanto as estruturas capitalistas quanto patriarcais que as sustentam (Federici, 2017).

Conclusão

Tendo por objetivo analisar as implicações do capitalismo e das práticas neoliberais na saúde mental das mulheres, bem como compreender os mecanismos pelos quais essas ideologias econômicas reforçam as desigualdades de gênero. Compreende-se que os objetivos propostos foram alcançados, no sentido de identificar os principais mecanismos pelos quais as políticas neoliberais reforçam as desigualdades de gênero e como isso se reflete na vulnerabilidade psicológica das mulheres. As pressões por alta produtividade, competição individual, pressão estética almejando corpos padronizados e a precarização das condições de trabalho foram temas recorrentes na literatura analisada, evidenciando que o capitalismo não só continua oprimindo a mulheres, salientando que sua subjetividade não é algo importante, mas também as colocando em posições de maior fragilidade emocional ao exigir que conciliem múltiplos papéis sem o suporte necessário, tanto psicológico, quanto financeiro.

Apesar disso, o processo apresentou algumas limitações. A literatura disponível ainda apresenta lacunas importantes quando se trata de abordar de forma mais integrada as múltiplas dimensões das opressões vividas por mulheres que estão em contextos sociais marginalizados. A interseccionalidade de gênero com questões de raça, classe e orientação sexual nem sempre recebem a devida atenção, o que dificulta uma compreensão mais completa dos impactos do capitalismo na saúde mental de grupos mais vulneráveis. Essa dispersão de ideias limitou a profundidade das análises, destacando a necessidade de investigações mais detalhadas no futuro.

Além disso, ao refletir sobre as práticas neoliberais e sua relação com a saúde mental, percebeu-se que a visão individualista do sucesso pessoal ainda permeia muitas das discussões feministas. Isso, de certo modo, dilui a luta coletiva e transforma a igualdade em algo que depende exclusivamente do esforço individual, o que acaba desconsiderando as barreiras estruturais que continuam a dificultar a emancipação plena das mulheres. Essa lógica, no entanto, não responde adequadamente às necessidades psicológicas das mulheres, sobretudo aquelas que enfrentam contextos de extrema precariedade ou múltiplas camadas de opressão.

O sofrimento psíquico da mulher é uma consequência direta dessas estruturas opressivas. A sobrecarga do trabalho doméstico não remunerado e a constante subordinação às normas patriarcais geram estresse, ansiedade e depressão. A falta de reconhecimento e valorização do trabalho feminino desvaloriza a identidade e a autoestima das mulheres, enquanto a pressão para conformidade e a restrição de oportunidades perpetuam um ciclo de sofrimento. Além disso, a interseção do capitalismo e do patriarcado contribui para a perpetuação de relações de poder desiguais que marginalizam e silenciam as mulheres, agravando seu sofrimento emocional e mental. A desestabilização dessas estruturas opressivas é fundamental para promover a saúde mental e o bem-estar das mulheres.

Portanto, para o avanço dessa discussão, aparenta ser necessário que estudos futuros adotem uma abordagem mais interseccional e inclusiva, considerando as particularidades de cada grupo social e ampliando as propostas de intervenção para além das soluções individuais. Também é crucial que a Psicologia continue a questionar o impacto do neoliberalismo sobre o sofrimento psíquico, promovendo políticas públicas mais justas e colaborativas. O sofrimento psíquico das mulheres no capitalismo é um fenômeno que deve ser entendido dentro de um contexto histórico de exploração econômica e opressão de gênero. As respostas a esse sofrimento precisam considerar tanto as dimensões individuais quanto as estruturais, promovendo uma abordagem crítica e integrativa da saúde mental.

Mediante aos dados neste estudo discutidos, vale destacar que para a construção dos mesmos, o processo de seleção e análise dos artigos seguiu uma abordagem rigorosa e sistemática, garantindo que os estudos escolhidos

abordassem de forma consistente a relação entre neoliberalismo e seus impactos na saúde mental das mulheres. Ao reunir essas bases teóricas e empíricas, pode-se construir uma análise aprofundada que reflete as complexidades dessa temática, permitindo uma visão crítica sobre como as políticas neoliberais afetam a subjetividade feminina. Assim, a revisão bibliográfica não apenas forneceu um embasamento sólido para a discussão, mas também apontou caminhos para reflexões futuras, destacando a importância de continuar investigando como essas dinâmicas influenciam a saúde mental de forma interseccional e contextualizada.

Por fim, vislumbrando a relevância de se contribuir para a ampliação do debate sobre a temática analisada, sugere-se a realização de novas investigações com foco nas interseções entre raça, classe e gênero, além da necessidade de políticas públicas mais inclusivas e congruentes às especificidades do público feminino.

Rerefências

ÁVILA, M. B. Trabalho das mulheres em tempos de pandemia. SOS Corpo: Instituto feminista para a democracia. **Youtube**, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FRIKWT84zZg&t=1132s> . Acesso em: 29 ago. 2024.

ARRUZZA, C. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, v. 23, n. 1, 2015. Disponível em: https://ecossocialismopsolsp.wordpress.com/wp-content/uploads/2020/07/2015_1_04_cinzia-arruza.pdf. Acesso em: 25 ago. 2024

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 22. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2023.

DEJOURS, C. A carga psíquica do trabalho. In: DEJOURS, C. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. 2. ed. São Paulo: Elefante, 2017.

FELGUEIRAS, A. C. L. Breve panorama histórico do movimento feminista brasileiro: das sufragistas ao ciberfeminismo. **Revista Digital Simonsen**, v. 6, p. 108-121, 2017. Disponível em: <https://www.simonsen.br/revista-digital/wp->

content/uploads/2017/05/pronto-para-o-site.pdf#page=108 . Acesso em: 25 ago. 2024.

FERENCZI, S. As experiências técnicas de Sándor Ferenczi: perspectivas para uma evolução futura. In: FERENCZI, S. **Obras Completas**: Sándor Ferenczi. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FRASER, N. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, 2009. Disponível em: <https://repositorio.sistemas.mpba.mp.br/bitstream/123456789/478/1/O%20feminismo%2c%20o%20capitalismo%20e%20a%20ast%3%bacia%20da%20hist%3%b3ria%20-%20Nancy%20Fraser%2c%202009.pdf> . Acesso em: 25 ago. 2024

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

HAN, B. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.

HIRATA, H. Comparando relações de cuidado: Brasil, França, Japão. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 98, p. 25-40, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.003> . Acesso em: 14 nov. 2024.

HOOKS, B. **Teoria feminista**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

KLEIN, M. **Amor, culpa e reparação e outros ensaios**. São Paulo: UBU, 2023.

LAGO, M. C. F. **Entre o ideal e o real**: O contraste vivenciado por mulheres cientistas na conciliação maternidade e trabalho. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde), Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2023.

LIMA, A. P.; ANDRADE, C. J. Masculinidades e trabalho: Antagonismos entre virilidade e cuidado na cultura de saúde e segurança ocupacional. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 12, p. 2927-2944, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i12.17036> . Acesso em: 17 nov. 2024.

OLIVEIRA, M. L. A espacialidade aberta e relacional do lar: A arte de conciliar maternidade, trabalho doméstico e trabalho remoto na pandemia de Covid-19. **Revista Tamoios**, v. 16, n. esp., p. 154-166, 2020.

PIANEGONDA, N. Desigualdade salarial entre homens e mulheres evidencia discriminação de gênero no mercado de trabalho: Em cargos de gerência e direção, elas são mais penalizadas pela falta de isonomia salarial, mas prática é vedada pela legislação. **Tribunal Superior do Trabalho**, 8 de mar. 2023. Disponível em: <https://tst.jus.br/-/desigualdade-salarial-entre-homens-e-mulheres-evidencia-discrimina%C3%A7%C3%A3o-de-g%C3%AAnero-no-mercado-de-trabalho#:~:text=Entre%20os%20principais%20grupos%20ocupacionais,intermitentes%20ou%20a%20tempo%20parcial> . Acesso em:

17 set. 2024.

PINHO, P. S.; ARAÚJO, T. M. Associação entre sobrecarga doméstica e transtornos mentais comuns em mulheres. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 15, n. 3, p. 560–572, set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/dxHcftTBL5b8P5YcXmwFwGG/?lang=pt#> . Acesso em: 4 out. 2024.

SILVA, D. E. S. O Estado neoliberal e a proposta de empoderamento feminino: origens e limites teóricos e prático-políticos. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, v. 5, n. 1, p. 213-233, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/3427> . Acesso em: 13 maio 2024.

SIQUEIRA, B. K. P. **Empoderamento, beleza e capitalismo**: como o neoliberalismo se apropriou de demandas feministas. 2021. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.org/articles/210605191.pdf> . Acesso em: 13 maio 2024.

SOUZA, A. C. **Capitalismo e o processo de dominação dos corpos das mulheres**: o mito da beleza em questão. 2022. Disponível em: <https://monografias.ufop.br/handle/35400000/4154>. Acesso em: 17 set. 2024.

WOLF, N. **O mito da beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. 10. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2020.

ZANELLO, V.; SILVA, R. M. C. **Saúde mental, gênero e violência estrutural**. 2012. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/19539>. Acesso em: 23 set. 2024.

ZIRBEL, I. Ondas do feminismo: blogs de ciência da Universidade Estadual de Campinas: **Mulheres na Filosofia**, v. 7, n. 2, p. 10-31, 2021. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/wp-content/uploads/sites/178/2021/03/Ondas-do-Feminismo.pdf> . Acesso em: 13 maio 2024.